



RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES

| Participantes | | |
|---|----------|--|
| Bernadeth Farias Côrrea (Gestora de Projeto) | | |
| Adelson Armando Marques (Gestor de Projeto) | | |
| Marilda Auzier (Gestora de Projeto) | | |
| Adriana Moraes de Carvalho (Núcleo de Estatística) | 14/09/17 | |
| Joudson Medeiros de Oliveira (Núcleo de Estatística) | 15/09/17 | |
| Téofilo Emílio Soeiro dos Santos (Núcleo de Estatística) | | |
| Job Duarte Moraes (Gerente de Projeto) | | |
| Alan Davis Freire de Souza (Gerente de Projeto) | | |
| Anderson Correa de Souza (Gerente de Projeto) | | |
| Diego França da Silva (Gerente de Projeto) | | |
| Walmir Bezerra Mesquita (Gerente de Projeto) | | |
| Lorena Rocha Blanc Basili (Gerente de Projeto) | | |
| Isaac Emanuel Silva Pereira (Gerente de Projeto) | | |
| Aluísio Miranda Menescal (Gerente de Projeto) | | |
| Pedro Correia da Silva Júnior (Gerente de Projeto) | | |
| Josemir Mendes de Sousa Júnior (Gerente de Projeto) | | |
| Shirley Neves Kasahara (Gerente de Projeto) | | |
| Lidiane Fonseca Soares (Gerente de Projeto) | | |
| Lucinéia da Silva Costa (Gerente de Projeto) | | |
| Marcelo Victor Miranda (Gerente de Projeto) | | |
| Maria de Jesus Santos Oliveira (Gerente de Projeto) | | |
| Oberdan Serrão de Almeida (Gerente de Projeto) | | |
| Augusto César Alberto Nery (Escritório de Projetos) | | |
| Edson Fernandes Carvalho (Escritório de Projetos) | | |
| Solange Cascaes de Brito Lobato (Escritório de Projetos) | | |
| Luiz Henrique Paranhos Barbosa (Gerente de Projetos) | | |
| Marco Antônio Campos Soares Craveiro (Diretor do DEINTEL) | | |
| Denise Márcia Martel Ferreira (Diretora de DECON) | | |
| Regina da Silva Macedo (Diretor do DEFIN) | | |
| Rosilene Campos (Diretora do DEGESP) | | |
| Suzivaldo de Almeida Monteiro (Diretor do DA) | | |
| Ana Lúcia Marinho (Diretora de Departamento) | | |
| Ângela Dias Alves Valadares (Assessora da ASTECIN) | | |

11





Data: 15.05.2017

Horário: 09h às 12h

Local: Auditório da Câmara Única

Participantes:

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Juizes Diretores de Fórum;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística;
- Diretores de Departamento e a Assessora de Controle Interno do TJAP.

Avaliar a execução da Estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá para o período 2015-2020, a considerar o 1º trimestre do ano de 2017.

- 3.1. Selo Justiça em Números 2016;
- 3.2. Metas Nacionais: 2016 e 2017;
- 3.3. Metas ENASP;
- 3.4. Índice de Produtividade Comparada (*IPC-Jus*);
- 3.5. Execução Orçamentária e Orçamento 2017;
- 3.6. Resumo do Desempenho Geral dos Projetos 2016;
- 3.7. Evolução dos Indicadores Estratégicos do TJAP;
- 3.8. Mapa Estratégico;
- 3.9. Agenda da RAE 2017;
- 3.10. O que ocorrer.

Comentários:

No início dos trabalhos, o colaborador da Assessoria de Planejamento, Sr. JOB DUARTE MORAIS, fez a chamada das autoridades para compor a mesa do Comitê, a saber: o Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, Desembargador CARLOS TORK; Diretor Geral, Sr. GLAUCIO MACIEL BEZERRA; Diretor da Assessoria de Planejamento e Organização, Sr. ROSYWAN CANTUÁRIA DA SILVA FERREIRA; Juíza PRISCYLLA PEIXOTO MENDES; Juiz JOSÉ LUCIANO DE ASSIS e Dr. JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JÚNIOR.

Na seqüência, foi dada a palavra ao Desembargador CARLOS TORK que fez a abertura da 5ª Reunião de Análise Estratégica Institucional e 1ª RAE do ano de 2017; cumprimentou os participantes e desejou a todos um trabalho promissor.

Em seguida, o Dr. JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JÚNIOR, membro do Comitê de Gestão Estratégica e Juiz Auxiliar da Presidência, ao iniciar a apresentação, agradeceu aos presentes pelo comparecimento e fez lembrar a importância dos números institucional para uma avaliação à luz do planejamento estratégico e onde se pretende alcançar dentro da análise de cada projeto e de cada indicador. Na análise das reuniões anteriores, o Juiz destacou o avanço no processo, a partir das modificações nos próprios projetos à luz dos números apresentados. Contudo, os dados desmistificam aquela mentalidade na qual pode parecer que somos bons em nossas atividades quando, na verdade, os indicadores



mostram o contrário. O Juiz reavivou a importância de constante reavaliação dos números, que ocorre sempre nas reuniões de análise estratégica.

Após o breve comentário, o Dr. JOÃO MATOS fez a leitura da pauta e passou aos dados elencados abaixo:

Item 3.1 da pauta: Selo Justiça em Números 2016:

Dr. JOÃO MATOS ressaltou a Certificação do Selo Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça, aos Tribunais qualificados na entrega das informações, que são um conjunto de medidas que cada Tribunal precisa cumprir para garantir a Certificação do Selo. Nos anos de 2014, 2015 e 2016, o Tribunal de Justiça do Amapá garantiu o Selo Ouro por seu desempenho. O objetivo com essas certificações não é apenas premiar com o Selo, mas dar qualidade à prestação do serviço e o desafio é: Fazer Mais com Menos; Mais e Melhor com Menos; Mais e Melhor com Menos e com Eficiência; Mais e Melhor com Menos e com Qualidade de Vida. Isso tudo em razão do reduzido orçamento do Judiciário do Amapá, e as mínimas perspectivas de crescimento orçamentário. Dentro dessa realidade, é necessário vivenciar e produzir de acordo com o recurso financeiro disponível, sem perder a eficiência. O Juiz expressou o número alcançado pelo TJAP em 2016. Apesar do CNJ não ter observado uma comunicação do TJAP, e isso repercutiu em equívoco pelo não lançamento dos dados, e conseqüente atraso na confirmação do Selo Ouro, existe forte possibilidade de confirmação por parte da Ministra CARMEM LÚCIA, Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ratificar o Ouro para o TJAP. Fundamental, afirmou o Magistrado, é que o Judiciário amapaense conseguiu aumentar sua marca histórica, saltando de 345 pontos em 2015, para 403 em 2016. O desafio é chegar ao Selo Diamante, em 2017.

Item 3.2 da pauta: Metas Nacionais 2016 e 2017:

Dr. JOÃO MATOS ressaltou o resultado das metas do ano de 2016, na medida em que o Tribunal de Justiça tem se preocupado em dar efetivo andamento em seu cumprimento, ou seja, que simboliza um compromisso com a jurisdição. No ano de 2016 foi inaugurada uma página dando transparência das metas. O Juiz falou que as metas não são uma imposição do CNJ. A cada ano anterior à edição da meta, o Conselho Nacional de Justiça reúne os comitês regionais que vão tratar das metas. A esse respeito, duas metas de 2016 deixarão de existir em 2017, por decisão de alguns Tribunais em razão de serem iniciativas destes Tribunais, dentre elas a meta de "Justiça Restaurativa", sobre a criação de CEJUSC. Elas foram retiradas pelo CNJ pelo fato de se tratar de uma política permanente do Judiciário. Algumas metas como, Metas 1, 2, 3 e 4, devem sair do Plano de Metas traçado pelo CNJ, porque já se encontram sedimentadas nos Tribunais. Para o exercício de 2017, constam no Plano de Metas do Conselho Nacional de Justiça, as Metas 1, 2, 4, 5, 6 e 8. O Juiz salientou a importância das Metas para os Tribunais. Elas ajudam mostrar o que estes Tribunais estão realizando. Na ocasião, o Assessor de Planejamento, ROSYWAM CANTUÁRIA, fez lembrar o compromisso do TJAP, dentro da Rede de Governança Colaborativa Nacional, de realizar pelo menos dois eventos por ano para tratar sobre Metas Nacionais, no âmbito do TJAP, e a ASPLAN já está trabalhando para realizar a primeira ainda este semestre e a outra reunião a acontecer no segundo semestre. A respeito dessas reuniões, JOÃO MATOS pediu sugestões. E disse ainda que, no ano passado, as contribuições foram muito fracas e, portanto, aguarda maior participação para ajudar na construção das metas. De forma sucinta, o Magistrado destacou cada Meta do CNJ, entre as quais: Meta 1 – Julgar mais do que entrou; Meta 2 – Julgar os mais atrasados; Meta 4 – Priorizar os julgamentos relativos à Corrupção e a Improbidade Administrativa; Meta 5 – Impulsionar processos em execução – Em esclarecimento ao questionamento do Juiz EDUARDO NAVARRO, O Dr. JOÃO MATOS disse que, quando a Mediação é boa, não há necessidade de muita atenção pra ela, contudo, tem que se ter cuidado com a demanda maior e a política do Tribunal tem que ser voltada para o processo em execução, e o olhar institucional tem ser para esses processos. Os projetos que vamos realizar, lembrou o Juiz, têm que estar voltados para esse nicho processual. Os índices de Roraima foram melhores que o do TJAP não por causa dos processos de conhecimento, que os nossos eram melhor que os deles, mas por causa dos processos de execução.



Item 3.3 da pauta: Metas ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública)

Dr. João Matos explicou que tais metas são referentes às Metas Criminais de Segurança Pública. Elas ajudam a dar uma resposta na seara criminal. A esse respeito, o CNJ estabeleceu o mês de novembro como o Mês Nacional do Júri. Nesse período, a Justiça trabalha alguns casos de julgamentos de processos que normalmente não seriam, como o feminicídio, exatamente para o Brasil dar uma resposta contra um item em que a OEA e a ONU sempre olharam o Brasil de maneira reticente. O Brasil ainda é considerado um país de tradição masculina e, portanto, que ainda diminui a figura feminina. Foi por essa razão que a Meta ENASP de 2016 focou muito esse tipo penal de crime contra a mulher. E, também, os Crimes Dolosos Contra a Vida praticados por militares. Sobre as indagações da Juíza MICHELLE FARIAS, referentes às Metas ENASP, foi esclarecido que elas fazem parte também das metas do Conselho Nacional de Justiça. O Assessor de Planejamento, Sr. ROSYWAM CANTUÁRIA, informou que na RAE agendada para o mês de agosto serão apresentados os números atualizados da ENASP. O Juiz JOÃO MATOS ressaltou a importância das Metas Criminais. Na ocasião, a Juíza MICHELLE FARIAS falou de problemas enfrentados no Fórum de Santana quando da realização desses julgamentos, dentre eles, quando, precisa realizar condução coercitiva ou quando acontece queda de energia elétrica. Sobre situações pontuais, foi informado que a discussão em torno de eventual demanda sobre alguma meta será analisada em momento oportuno. O Desembargador CARLOS TORK reforçou que as dificuldades oriundas de cada meta serão pontuadas e analisadas posteriormente, em especial as do ENASP com os Juizes das Varas Criminais.

Item 3.4 da pauta: Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

No prosseguimento da reunião, o Juiz JOÃO MATOS apresentou o IPC-Jus, que se tratar de um instrumento que avalia se se julga com menor custo possível, observando sempre processo de conhecimento e processo de execução. O Magistrado falou também do Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que mostra como as demandas estão sendo atendidas. Para o Juiz, esse índice dá uma qualidade no atendimento das demandas. O IPC-Jus não faz esse tipo de aferição. Somente se o processo deu entrada e se foi julgado. Contudo, ele não informa se foi resolvida a demanda. O IPC-Jus é interessante em relação a custo, entretanto, não responde a demanda.

Item 3.5 da pauta: Execução Orçamentária e Orçamento 2017

Ao abordar esse tema, Dr. João Matos falou que o orçamento é o grande gargalo da Instituição. A Administração Pública trabalha com recurso financeiro e também recurso humano. Se vivia em uma época em que, responder as demandas que nasciam, significava contratar mais gente ou realizar mais investimentos. Era uma política autofágica, em que o número de processos deveria ser respondido com o aumento do número de pessoas – contratação de juizes e serventuários – quanto mais crescia a demanda mais era necessária a realização de concurso público. E a questão autofágica se apresenta na limitação orçamentária. O orçamento não responde a essas necessidades. A limitação financeiro/orçamentária obrigou a buscar-se alternativas com novas tecnologias para melhor responder às demandas sem obrigatoriamente ter-se que contratar. A Desjudicialização foi uma das alternativas para evitar a entrada de processos no Judiciário; como também as Soluções Alternativas de Conflitos. O Juiz JOÃO MATOS esclareceu que essas tecnologias servem, exatamente, para evitar a resposta autofágica, de contratar mais a responder ao conjunto de demandas que aportam no Poder Judiciário. O Emprego de Tecnologias da Informação foram outras tecnologias à serviço do Judiciário a evitar a política autofágica. Dentro da linha das novas tecnologias foram acrescentados, ainda, o Processo Judicial Eletrônico; os Círculos Restaurativos; Resolução de Conflitos Preprocessuais; Mediação, Conciliação; além da Inteligência Artificial no Poder Judiciário. Todas foram medidas adotadas para a finalidade de fugir da resposta autofágica. Apesar de todas essas tentativas, ainda assim, a solicitação por servidor nas unidades judiciárias é grande. A novidade, dentro da linha de melhor equacionar a mão de obra foi a criação da Secretaria Única. Mas, somente após o primeiro ano de sua instalação é que se saberá os benefícios ou não desse modelo otimizado para atender as Unidades Judiciárias. Nesse formato, as varas são transformadas em gabinetes e apenas um cartório é responsável pelos processos afetos a



mesma matéria. A tendência nacional, de acordo com o Magistrado, é o encaminhamento pelos Tribunais brasileiros com a utilização dos seguintes formatos: Cartório do Futuro; Lotação Solidária; Secretaria Única; Central Única de Expedição de Documentos; Central Única de Cumprimento de Atos. É uma visão que tem refletido em grande efetividade, afirmou o juiz JOÃO MATOS. Ele ressaltou o atropelo inicial no Judiciário do Amapá, quando do início desse formato. A Secretaria Única nasceu dentro de Unidades que tinham um acervo muito grande de processo físico, e precisou passar para processo digital; a outra dificuldade foi a falta de adesão por parte de juizes e serventuários. Essa não adesão dificulta a realização do projeto de transformação. Quando não se tem essa visão macro, de que é preciso otimizar a força de trabalho para responder à demanda, sem aumentar custo, essa falta de compreensão reflete sempre na visão de que é necessário mais servidores. Essa dificuldade se estendeu em virtude da urgência da realização de diversas ações, tais como: Reforma do Fórum e demais adaptações, além dos problemas com a mudança de gestão e, esse projeto específico, ainda não está produzindo o resultado esperado para esse 1º Trimestre. O consolo é que, para se medir um projeto, pelo menos um ano é necessário. Só então teremos condições de medir sua eficácia. A prioridade da Alta Gestão é, até o mês de junho, melhorar os números que a Secretaria Única tem apresentado, e isso deve passar pela conscientização e adesão de todos. Ao tratar sobre o orçamento em si, o Desembargador CARLOS TORK deu destaque aos gastos com pessoal e, dentro da Gestão Estratégica, como fazer para controlar e usar adequadamente os gastos com pessoal e encargos, de forma a não impossibilitar os investimentos para prosseguimento das atividades? É natural o crescimento anual das despesas com pessoal e encargos. Só o crescimento vegetativo da folha de pagamento anual é em torno de 3,5% (Progressão; Anuênio e Promoção) – sem a folha de magistrados, só servidores. Mesmo sem nenhum reajuste a folha de pagamento tende a crescer. O desafio para 2017 é pagar o Imposto de Renda. O Desembargador lembrou que em anos anteriores se deixou de pagar o IR e fazer os investimentos necessários. Como fazer então para administrar Pessoal sendo nosso maior custo? Por isso, a Alta Gestão está otimista com a aplicação da Resolução 219/CNJ, e responder o que a sociedade cobra. Por que não chamar os concursados? Veio a pergunta! Porque não se tem como pagar, disse o Presidente do TJAP. O Desembargador alertou que é preciso diminuir essas despesas com pessoal para possibilitar um aumento maior de investimento; seja nas condições de trabalho, através das diversas reformas; seja em tecnologia, sem os quais não haverá condições de prosseguir. Nós não podemos pensar só em questões de salário e produtividade; é preciso pensar em condições de trabalho para se querer ter o prazer de ir trabalhar. O Orçamento/2018 já está definido no valor de R\$ 303 milhões. Esse valor vai permitir a realização das ações com mais tranquilidade. Para este ano de 2017, existe um déficit orçamentário de R\$ 18 milhões. O TJAP já conseguiu junto ao GEA, um crédito suplementar de R\$ 11 milhões, com pendência de R\$ 6 milhões.

Item 3.6 da pauta: Resumo de desempenho geral dos projetos 2016:

O Dr. João Matos lembrou que cada projeto tem um Patrocinador; um Gestor e o Gerente de Projeto. O Patrocinador, normalmente, é um desembargador pela força de articulação dos Projetos e em virtude de sua liderança e facilidade para lidar com a Instituição. Ninguém melhor que ele para tratar de matérias vinculadas aos projetos estratégicos, porque participa do Pleno Administrativo e as conversas acontecem de forma Institucional. Com a mudança de Gestão, também ocorreu mudança de patrocinadores, tendo em vista garantir voz a quem ainda não participou desse processo, e dar descanso aos desembargadores que estiveram atuando nos projetos. O projeto que tem afinidade com determinado Setor, Departamento ou Unidade Judiciária, tende a preservar o Gestor, Gerente e o Patrocinador. Na oportunidade, o Juiz apresentou os Objetivos Estratégicos de cada Projeto. Em menção ao Projeto de Gestão de Pessoas, que cuida de Valorização, Capacitação, Teletrabalho e Equalização da Força de Trabalho, o Desembargador CARLOS TORK, que também é patrocinador, falou que tem até 30 de junho para implementar a Resolução 219. Em relação à Gestão de Pessoas, a Presidência, Vice-Presidência e a Corregedoria direcionam os cuidados devidos a esse projeto; em razão da sobreposição de competência. O uso adequado da força de trabalho que precisa fazer a gestão de pessoas, cuja visão encontra-se ultrapassada, deixa de ser Departamento para se tornar Secretaria de Gestão de Pessoas, por ser uma visão mais completa das pessoas e da força de trabalho. No prosseguimento da explanação o Juiz JOÃO MATOS apresentou o Mapa Geral do Planejamento Estratégico, e informou que o



Planejamento Estratégico da Justiça do Amapá se encontra à disposição no site Institucional, onde constam os macro-desafios; os projetos do Planejamento; os projetos estruturais, que dizem respeito à Valorização, Reconhecimento e a Modernização; e, na base todos os demais projetos que tendem chegar aos objetivos pretendidos pelo Órgão. A gerente do projeto Valorização de Pessoas, Maria de Jesus, deu a sua contribuição reforçando a necessidade de se discutir os Valores, que dizem respeito à Agilidade; Efetividade; Sensibilidade, Valorização; Sinergia, e outros valores. No mesmo tom, o Desembargador CARLOS TORK reforçou enfatizando a eficiência e a eficácia, na proporção em que os números do Judiciário do Amapá, apresentados pela Justiça em Números são eficientes. No cômputo das metas o Amapá ficou em 2º lugar entre os Tribunais de Pequeno Porte e em 4º lugar no geral. Os números são muito bons, estamos sendo eficazes, mas precisamos fazer a evolução para a eficiência e atingir o nível de satisfação do nosso público externo, disse o Desembargador. Sobretudo, nos Fóruns, porque lida diretamente com esse público. O Desembargador destacou, ainda, que precisa melhorar o nível de tratamento do público interno. Em dezembro de 2015, o nível de satisfação estava em torno de 65% - na visão estratégica é um índice regular. Esse nós temos condições de melhorar muito. Ao comparar o nível de satisfação dos servidores do TRE/AP, em 2016, estava 95%. Ele esclareceu que o nível de satisfação é um conjunto de fatores, tratamento pessoal e interpessoal, condições de trabalho, e uma série de situações que precisa ser trabalhado. Se nós incluímos esses valores é porque acreditamos que eles, ao implementá-los ou ao efetivá-los, se obterá um nível de satisfação desejado por nosso público interno. Na sequência, ROSYWAN CANTUÁRIA, Assessor de Planejamento apresentou o cenário dos projetos anteriores e os projetos atuais, feitos pelo Escritório de Projetos (ASPLAN) onde metade dos projetos se apresentam em situação satisfatória. No entanto a outra metade não, que se referem a ações que efetivamente no ano de 2016 não foram realizadas. Foi esclarecido ainda, que em razão da existência de gerentes de projetos estarem dissociados de suas respectivas áreas, gerou-se esse desajuste, isto é, do integrante de uma área intervir no andamento do projeto de outra área. Razão que levou a uma renovação no processo de designação, sobretudo dos gerentes, com objetivo de colocar os gerentes de projetos em suas respectivas áreas de atuação. A partir daí, será possível medir os projetos em 2017 para se perceber se as adaptações foram corretas. Antes de apresentar os indicadores, ROSYWAN CANTUÁRIA lançou uma proposta do Escritório de Projetos, relacionada a dois projetos: Agenda Positiva e Gestão em Foco. São projetos que tratam da mesma matéria e, portanto, do Plano de Comunicação Institucional, sem haver necessidade da existência de dois projetos e dois gerentes que não fazem parte da área de comunicação. Dessa forma, após os esclarecimentos, foi realizada a votação para aglutinar os dois projetos, ficou decido como principal o nome Gestão em Foco, ficando na gerência ALUIZIO MIRANDA MENESCAL, serventário lotado na ASCOM. O Desembargador CARLOS TORK ressaltou a necessidade de se estabelecer uma política de comunicação com o público interno, nos diversos níveis, a partir dos Diretores Membros e com o Fórum de Diretores Membros regular, no qual vai suprir comunicação entre a Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria e Escola Judicial; também como Política de Comunicação para Gestão de Fóruns; Política entre a Presidência e Diretores; Política de cada Unidade com a Unidade meio. Tudo isso no âmbito da Comunicação Interna. Na ocasião, o Desembargador se posicionou favorável à unificação dos projetos e pediu a contribuição de todos no debate para se saber onde está a dificuldade na Comunicação Interna. E também, em que nível se encontra a Comunicação com o Público Externa, que atualmente funcionam com os instrumentos de comunicação externa. A Assessora de Comunicação, BERNADETH FARIAS elencou da seguinte forma: Portal Institucional, onde são veiculadas as notícias relacionadas ao Judiciário, extensiva a todas as Comarcas; Redes Sociais - Twitter, Facebook, Instagram, Flicker; Cinco Programas de Rádio - Terça-Feira: Justiça Por Elas (Rádio Universitária - 15h às 16h); Quarta-Feira: Programa Conciliando as Diferenças (17h às 18h); Quinta-Feira: Programa Justiça em Casa (15h às 16h); Sexta-Feira: Programa nas Ondas do Judiciário - Um Rio de Informações (Rádio Difusora - 11h às 12h); Sábado: Programa Justiça Contando História (17h às 18h); Acesso ao Portal do CNJ. As Ouvidorias também são outros canais de comunicação (externa e interna). Nesse debate, o Desembargador CARLOS TORK mencionou o Grupo de Gerenciamento de Crise, que é responsável por aferir e gerenciar os movimentos em desfavor do Judiciário. Tudo o que sai do judiciário é acompanhado em vista a essa realidade. O Presidente do TJAP alertou quando ao "Fogo Amigo" que significa os integrantes da Instituição fazerem campanhas depreciativas contra o próprio Órgão. Informações que são repassadas para setores da



imprensa e que levam a uma manifestação negativa da mídia ou da sociedade em desfavor do Judiciário. Para esses casos, disse do Desembargador, a Presidência só vai se posicionar em situação de crise - quando a carinha estiver em situação vermelha. E, dentro da Estratégia, é preciso evitar que se chegue ao vermelho. Dentro da proposta de juntar os projetos Agenda Positiva e Gestão em Foco, sem nenhuma divergência, foi aprovada a fusão dos dois projetos.

Item 3.7 da pauta: Evolução dos Indicadores Estratégicos do TJAP:

Ao tratar da Evolução dos Indicadores Estratégicos, o Juiz JOÃO MATOS fez lembrar que os mesmos serão identificados pelas cores verde, amarelo e vermelho. O Indicador Verde é o resultado da meta \geq a 90%; Indicador Amarelo é o resultado da meta \geq a 60% e $<$ a 90%; Indicador Vermelho é o resultado da meta $<$ a 60%. Indicador Indisponível será sempre cor Branco. Em seguida, o magistrado falou de cada objetivo estratégico. No objetivo estratégico "Valorização e Reconhecimento", o patrocinador é o Desembargador CARLOS TORK. O Dr. JOÃO MATOS assume a gerência, e os servidores ISAAC EMANOEL SILVA PEREIRA, DIEGO FRANÇA DA SILVA e MARIA DE JESUS SANTOS OLIVEIRA formam a equipe. Além do projeto Valorização e Reconhecimento de Pessoas, acontece também o "Teletrabalho", que receberá neste ano de 2017, maior fortalecimento, por tratar-se de uma preocupação da Alta Gestão. Outro projeto - "Melhor Mais" cujo trabalho é de responsabilidade da "Gestão Por Competência". E ainda, "Valorizar Pessoas", cuja gerência é de responsabilidade da servidora MARIA DE JESUS, que na oportunidade justificou que o indicador do Valorizar Pessoas encontra-se com indicador na cor vermelho desde o ano de 2015. A servidora explicou que a criação do Comitê de Pessoas deveu-se à edição da Resolução 240/CNJ, que instituiu essa matéria. O Desembargador CARLOS TORK, disse que até julho deve sair da cor vermelha, com aplicação das Resoluções 219, 240 e contratação da empresa de consultoria. Em seguida, Dr. JOÃO MATOS reforçou que o ponto de partida no ano de 2017 é a contratação da Consultoria, por que vai tornar possível a avaliação das competências em alguns projetos. Numa pequena contribuição, ROSYWAN CANTUÁRIA fez lembrar que a referência nos quadros dos indicadores diz respeito aos patrocinadores e gerentes de projetos até março de 2017. No respeitante ao Quadro Modernização, a patrocinadora anterior era a Desembargadora SUELI PINI; Gestor, juiz JOÃO MATOS; Virtualização do Processo Administrativo e a Modernização com a estrutura do Parque Tecnológico e a Área de Tecnologia. Essa configuração será modificada, e até final de 2017, com melhoras na Virtualização do Processo Administrativo. Ainda em relação ao Processo Administrativo, o Diretor Geral, GLAUCIO MACIEL, reforçou os impactos negativos e que é preciso uma estratégia setorializada para combater a ausência do arquivamento de processos administrativos. Por não se ter essa ferramenta de visualização desses processos, já se estuda a possibilidade de resgatar o Tucujuris ADM, para dar ao usuário meio de visualizar telas que hoje não se consegue enxergar, em especial, os andamentos de processos. No prosseguimento, falou-se sobre os índices Agilidade na Tramitação e Aquisição de Bens e Serviços. Outro objetivo estratégico está ligado à Simplificação e Tucujuris 2.0, tendo como patrocinador o Desembargador CARMO ANTONIO; Simplificação: servidora LIDIANE FONSECA SOARES, e no Tucujuris 2.0: LUIZ HENRIQUE PARANHOS BARBOSA. Em relação à Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento, essa taxa é baixa - quanto menor melhor; Índice de Varas Criminais com Sistema de Vídeo Conferência. A intenção é instalar o sistema vídeo conferência em todas as Varas Criminais até 2020. Com as novas instalações a tendência do índice é aumentar; Taxa de Congestionamento em Demanda de Massa - quanto $<$ melhor; Taxa de Congestionamento nas Ações Improbidade e Combate a Corrupção - é um trabalho que vai precisar tanto da Corregedoria quanto da presença da Presidência do Tribunal, dentro dos processos da Instituição. Os índices são produzidos nas Unidades do 1º Grau e também do 2º Grau, e quanto $<$ melhor, por isso reduz a meta e a tendência em chegar ao ano de 2020 com um índice bem baixo; Índice na Agilidade e Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa - Crimes Contra a Administração Pública, de igual modo; Capacitação e Gestão de Recursos - a patrocinadora Desembargadora SUELI PINI; JOB MORAIS e MÁRIO MENDONÇA na Justiça Sem Fronteira; O Juiz JOÃO MATOS com os três projetos "Agenda Estratégica", "Arrecadar Melhor" e "Plano de Obras". Os gerentes são MÁRIO MENDONÇA, ROSYWAN CANTUÁRIA; GLAUCIO MACIEL e LUCINÉIA DA SILVA COSTA. O Juiz JOÃO MATOS esclareceu que cada projeto vai ajudar a melhorar os recursos do TJAP - Justiça Sem



Fronteiras, a partir das Emendas Parlamentares; Agenda Estratégica pauta os assuntos estratégicos para a Instituição a fim de evitar o gasto desnecessário de recursos com o que não é estratégico; O projeto Arrecadar Melhor tem a ver com as Taxas e Custas judiciais, Selo Digital. E o Plano de Obra é investir com priorização, captação e gestão inteligente dos recursos. Em seguida, foi falado do Índice de Eficiência Operacional. Assessor de Planejamento, ROSYWAM CANTUÁRIA enfatizou o Índice Recurso Por Processo Baixado, na medida em que sempre confronta com as despesas do Órgão, que nunca diminuem e tendem sempre ao crescimento. Para se manter esse índice em níveis satisfatórios é necessário não desguarnecer o índice de processos baixados. O Juiz LUCIANO ASSIS lançou a idéia de uma auditoria em processos paralisados. Há registros de muitos processos paralisados e que, mesmo suspensos tendem a entrar nessa contagem. Em relação à Investimento, o gargalo é sempre a questão do orçamento pequeno. O incremento no orçamento que viriam de custas judiciais; taxas extrajudiciais e outras multas estão inseridas nesse incremento no investimento. Dentro dessa realidade se encontra o projeto "Arrecadar Melhor" que ajuda a responder anseios da sociedade. É importante pensar nos recursos provenientes da receita própria, disse o Juiz. Ao mencionar viagem à Brasília, o Desembargador CARLOS TORK informou que esteve com o coordenador da bancada do Amapá, senador DAVI ALCOLUMBRE, onde informou a existência de emendas individuais na ordem de R\$ 3,5 milhões a serem encaminhadas aos respectivos Ministérios para as implementações nos devidos prazos (Abril e Agosto). São perspectivas de captação de recursos a nível de emendas; outra perspectiva é em relação ao Selo. Até 1º julho o Judiciário começa a receber o repasse dessas taxas; outra previsão é quanto ao repasse dos cartórios extrajudiciais, no valor de R\$ 500 mil mensais. Concluído essa parte, passou-se ao tema "Transparência", que no ano de 2015, o índice ficou em 100%; 2016 ficou em 70%. com o advento da Resolução 215 e a Lei de Acesso a Informações. Em 2017, haverá mudanças no Portal Institucional com a adoção do E-cidades, com o objetivo de comportar as informações em 100% do portal Transparência. O Dr. JOÃO MATOS esclareceu que tal situação deve-se à implementação da Resolução 215 que se adequou à Lei de Acesso à Informação e, com isso, facilitou o acesso a todos os usuários. Na Transparência existem dois projetos: "Gestão em Foco" e "Ouvir o Cidadão". A gestora do Gestão em Foco é a Assessora de Comunicação, BERNADETH FARIAS. A Juíza ALAÍDE DE PAULA é gestora do projeto "Ouvir o Cidadão". No objetivo estratégico "Relacionamento", o patrocinador é o Desembargador CARMO ANTÔNIO; BERNADETH FARIAS é responsável pelo "Agenda Positiva" e a Dra. ALAÍDE com o "Atendimento Nota Dez". O índice de Atendimento ao Cidadão, quanto maior melhor. Nesse particular, ainda não foi possível atingir a meta em nenhum ano; "Integração do Sistema de Justiça" – quando começar o mapeamento, aí então a visualização vai melhorar – TucujurisDOC, Convênios, Justiça Itinerante com os órgãos parceiros, Termos de Cooperação, e outros. A Desembargadora SUELI PINI era a patrocinadora, Dr. JOÃO MATOS, como gestor, e o servidor CARLSON UCHÔA, como gerente. Também prevalece o quanto maior melhor; No projeto "Cidadania" existe o "Justiça na Comunidade" e "Conciliação". Em 2015 o índice foi aceitável. Quanto ao período de vigência, o Juiz JOÃO MATOS ressaltou que o Plano Estratégico tem a duração até 2020. No período de 2015/2016 a situação ficou no verde. Em 2017 houve uma acentuada queda. O Juiz falou ainda da mudança de patrocinadores e gestores de projetos. Alguns projetos foram mantidos sobre o acompanhamento da Presidência e em outros, foram incluídos novos desembargadores. Em razão de alguns projetos terem mais a ver com a Presidência do que com a Corregedoria, ocorreu a mesclagem dos trabalhos de patrocinadores e de gestores

Item 3.8 da pauta: Mapa Estratégico:

Quanto ao Mapa estratégico, foram apresentados os Mapas dos anos de 2015, 2016 e o primeiro trimestre do ano de 2017.

Item 3.9 da pauta: Agenda da RAE 2017:

Foi divulgado o calendário das Reuniões de Análise Estratégica para o ano de 2017, que ficou da seguinte forma: 1ª RAE para 15 de maio de 2017; 2ª RAE para o dia 18 de agosto de 2017; e a 3ª RAE dia 24 de novembro de 2017. O Comitê concordou com as datas. Ficou acertado ainda que este ano de



2017 seriam realizadas 3 Reuniões de Análise Estratégica. O Juiz JOÃO MATOS concluiu reafirmando que a RAE é a oportunidade de mostrar, através dos índices, que a política está sendo adotada. Quando maior a movimentação do patrocinador, do gestor do projeto e do gerente, melhores são os índices e se entrega um trabalho administrativo muito mais adequado para o orçamento Institucional.

Item 3.10 da pauta: O Que Ocorrer:

Na fala final de agradecimento, o Desembargador CARLOS TORK, Presidente do Tribunal de Justiça ressaltou o comprometimento Institucional com o Planejamento Estratégico. Os desafios que se apresentam; das situações adversas neste primeiro semestre, em virtude da transição de gestão, estão em fase de superação. Sobretudo, em relação ao diálogo franco e aberto com a representatividade dos serventários, através do SINJAP; também com a representatividade da Associação dos Magistrados. A turbulência ocorrida no final de ano de 2016 afetou muito o estado de tranquilidade do Judiciário. Contudo, superar essa fase é necessário nesse momento, tendo em foco o estabelecimento de um ambiente de pacificação entre todos. Já se avançou no diálogo, e a descentralização a nível de gestão já está acontecendo. Portanto, estamos inseridos dentro da política nacional do Judiciário, e se existe uma política nacional definida pelo do Conselho Nacional de Justiça, vamos implementá-la. A Ministra CARMEM LÚCIA convoca todos Presidentes dos Tribunais para saber de cada um o que está fazendo no seu Tribunal. E na condição de Gestor eu tenho que dar uma resposta. Essa é a política nacional claramente definida que afeta a cada um de nós. Apesar de tudo, estamos otimistas. Os números não estão animadores mas temos as base para construirmos números dos que foram construídos ao longo desse tempo. Todos os gestores contribuíram de uma forma e nós vamos contribuir da nossa forma. E a nossa forma é com diálogo junto com vocês. Agradeço o compromisso, o empenho e a colaboração de cada um⁷. Concluiu o Desembargador.

4.1. Apreciação e assinatura da ata da 4ª RAE.

| Comitê de Gestão Estratégica | | |
|---|--|--|
| Desembargadora Carlos Tork – Presidente | | |
| Desembargador Gilberto Pinheiro – Vice-Presidente | | |
| Desembargador Agostino Silvério – Corregedor-Geral | | |
| Juiz João Teixeira de Matos Júnior – Juiz Auxiliar da Presidência | | |
| Priscylla Peixoto Mendes – Juiz de Direito | | |
| Gláucio Maciel Bezerra – Diretor Geral | | |
| Rosywan Cantuária – Núcleo de Gestão Estratégica | | |
| Magistrados Participantes | | |
| Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira | | |
| Desembargadora Sueli Pereira Pini | | |
| Desembargador Agostino Silvério Junior | | |
| Desembargador Manoel Brito | | |
| Desembargador João Lages | | |
| Juiz Reginaldo Gomes de Andrade | | |
| Juiz José Luciano de Assis | | |
| Juíza Joenilda Lobato Silva Lenzi | | |



5ª Reunião de Análise Estratégica - PEI 2015-2020

Dia: 15/05/2017

Horário início: 09h/Previsão término: 12h

Lista de frequência

| | | |
|----|--|--|
| 1 | DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO TORK | |
| 2 | DESEMBARGADOR GILBERTO DE PAULA PINHEIRO | |
| 3 | DESEMBARGADOR AGOSTINHO SILVERIO JUNIOR | |
| 4 | DESEMBARGADORA SUELI PEREIRA PINI | |
| 5 | DESEMBARGADOR MANOEL BRITO | |
| 6 | JUIZ JOÃO GUILHERME LAGES MENDES | |
| 7 | JUIZ JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JÚNIOR | |
| 8 | JUIZ REGINALDO GOMES DE ANDRADE | |
| 9 | JUIZ JOSÉ LUCIANO DE ASSIS | |
| 10 | JUÍZA JOENILDA LOBATO SILVA LENZI | |
| 11 | JUÍZA PRISCYLLA PEIXOTO MENDES | |
| 12 | JUÍZA MICHELLE COSTA FARIAS | |
| 13 | JUÍZA MARINA LORENA LUSTOSA VIDAL | |
| 14 | JUIZ DIEGO MOURA DE ARAÚJO | |
| 15 | JUIZ LUIZ CARLOS KOPES BRANDÃO | |
| 16 | JUIZ ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO | |
| 17 | JUIZ SALOÉ FERREIRA DA SILVA | |
| 18 | JUIZ JOSÉ CASTELLÕES MENEZES NETO | |
| 19 | JUIZ HERALDO NASCIMENTO DA COSTA | |
| 20 | JUIZ JULLE ANDERSON DE SOUZA MOTA | |
| 21 | JUÍZA DÉLIA SILVA RAMOS | |
| 22 | JUÍZA MARCELLA PEIXOTO SMITH | |
| 23 | JUIZ EDUARDO NAVARRO MACHADO | |
| 24 | GLÁUCIO MACIEL BEZERRA (DG) | |
| 25 | SUZIVALDO DE ALMEIDA MONTEIRO | |
| 26 | ANGELA DIAS ALVES VALADARES | |
| 27 | JOSÉ ADELSON DOS SANTOS PANTOJA | |
| 28 | ROSILENE CAMPOS DE SOUZA | |
| 29 | DENISE MARCIA MARTEL FERREIRA | |
| 30 | REGINA DA SILVA MACEDO | |
| 31 | MARCO ANTONIO CAMPOS SOARES CRAVEIRO | |
| 32 | ROSYWAN CANTUARIA DA S. FERREIRA | |
| 33 | MARIA DE JESUS DOS SANTOS OLIVEIRA | |
| 34 | JOB DUARTE MORAIS | |
| 35 | AUGUSTO CÉSAR ALBERTO NERI | |
| 36 | SOLANGE CASCAES DE BRITO LOBATO | |
| 37 | JOUDSON MEDEIROS DE OLIVEIRA | |

7



| | | |
|----|----------------------------------|---|
| 38 | ADRIANA MORAES DE CARVALHO | <i>Adriana Moraes</i> |
| 39 | TEÓFILO EMÍLIO SOEIRO DOS SANTOS | <i>Teófilo Emílio Soeiro dos Santos</i> |
| 40 | CARLSON UCHOA | <i>Carlson Uchoa</i> |
| 41 | DIEGO FRANÇA DA SILVA | <i>Diego França da Silva</i> |
| 42 | WALMIR BEZERRA DE MESQUITA | <i>Walmir Bezerra de Mesquita</i> |
| 43 | ISAAC EMANOEL SILVA PEREIRA | <i>Isaac Emanuel Silva Pereira</i> |
| 44 | ALAN DAVIS FREIRE DE SOUZA | N |
| 45 | LIDIANE FONSECA SOARES | N |
| 46 | JOSEMIR MENDES DE SOUSA JUNIOR | N |
| 47 | LUCINÉIA DA SILVA COSTA | <i>Lucinéia da Silva Costa</i> |
| 48 | LUIZ HENRIQUE PARANHOS BARBOSA | <i>Luiz Henrique Paranhos Barbosa</i> |
| 49 | MARCELO VICTOR MIRANDA | <i>Marcelo Victor Miranda</i> |
| 50 | SHIRLEY NEVES KASAHARA | <i>Shirley Neves Kasahara</i> |
| 51 | LORENA ROCHA BLANC MASILI | N |
| 52 | OBERDAN SERRÃO DE ALMEIDA | <i>Oberdan Serrão de Almeida</i> |
| 53 | ALOISIO MIRANDA MENESCAL | <i>Aloisio Miranda Menescal</i> |
| 54 | PEDRO CORREIA DA SILVA JUNIOR | <i>Pedro Correia da Silva Junior</i> |
| 55 | ADELSON ARMANDO MARQUES ANDERSON | <i>Adelson Armando Marques Anderson</i> |
| 56 | ANDERSON CORRÊA DE SOUSA | N |
| 57 | BERNADETH FARIAS CÔRREA | <i>Bernadeth Farias</i> |
| 58 | MARILDA AUZIER | <i>Marilda Auzier</i> |

